

Raio X da Diversidade

VereadorAs do Brasil



Agosto 2024



A PONTE



FICHA TÉCNICA

Rede A Ponte - Rio de Janeiro - RJ; agosto 2024; 22 fls.

Coordenação: Amanda de Albuquerque

Redação: Amanda de Albuquerque, Débora Thomé e Vitória Daier

Análise de dados: Vitória Daier

Revisão: Rhaysa Ruas, Stéffane Azevedo, Taís Moraes

Diagramação: Tatiana Ruediger

ISBN: 978-65-980217-7-1

Citação sugerida

Rede A Ponte. *Raio X da Diversidade: VereadorAs do Brasil*. Rio de Janeiro, 2024.

Disponível em: redeaponte.org/relatorios/#raioxdiversidade

A Rede A Ponte é uma rede de mulheres especialistas nos mais diversos temas de política pública criada com o propósito de promover a carreira de mulheres na política e fortalecer a representatividade da democracia brasileira. Criada em 2021, oferece apoio contínuo, personalizado e gratuito para mulheres eleitas no legislativo (municipal e estadual), promovendo políticas públicas desenhadas com base em dados e evidências e implementadas com rigor técnico para chegar nos grupos mais vulneráveis.

Contato Rede A Ponte

contato@redeaponte.org

www.redeaponte.org



Sumário

LISTA DE FIGURAS	4
INTRODUÇÃO	5
1. Qual a importância do cargo de vereadora para melhorar a representatividade da democracia?	6
2. Desafios para se eleger	9
Desigualdade racial	10
Disparidade regional	13
Doação de campanha	16
Papel dos partidos	19
3. Fui eleita, e agora? Desafios do primeiro mandato	20
CONCLUSÃO	22

LISTA DE FIGURAS

1. Cargo Ocupado na 1a Eleição (% total, 2000 a 2020)
2. Municípios sem Vereadoras Eleitas (total , 2000 a 2020)
3. Vereadoras Solo no Município (% total, 2000 a 2020)
4. Candidaturas à Vereança por Gênero (em milhares de pessoas, 2000 a 2020)
5. Candidaturas à Vereança por Gênero e Raça 2020 (% total)
6. Eleitas por Gênero e Raça 2020 (% total)
7. Eleitos x População por Gênero e Raça 2020 (% total) (Pretos, Pardos e Brancos)
8. Eleitos x População por Gênero e Raça 2020 (% total) (Amarelos e Indígenas)
9. Mulheres Negras - Eleitas x População 2020 (% total)
10. Votos em Mulheres x Mulheres Eleitas por Região 2020 (% total da região)
11. Taxa de Sucesso de Candidaturas por Gênero (% total candidaturas, 2000 a 2020)
12. Frequência de Candidaturas antes do 1o mandato 2020 (% total)
13. Média de Doações de Campanha por Gênero (R\$) (2008 a 2020)
14. Média de Doações de Campanha por Gênero e Partido 2020 (R\$ milhares)
15. Municípios em que a Cota de Gênero não foi Cumprida por Partido 2020
16. Primeiro Mandato por Gênero (% total, 2004 a 2020)

O relatório "Raio X da Diversidade: VereadorAs do Brasil" analisou dados do TSE, considerando eleições municipais entre 2000 e 2020. Foi dado foco às desigualdades de gênero e raça nas candidaturas e eleições de mulheres, especialmente negras e indígenas. O estudo acompanha mudanças na representatividade ao longo de 20 anos, com uma abordagem interseccional. A metodologia inclui comparações estatísticas entre candidaturas e eleições femininas e masculinas e analisa cotas de gênero, além das barreiras enfrentadas pelas mulheres na política.

INTRODUÇÃO

A representatividade de mulheres (cis e trans), especialmente negras e indígenas, no Poder Legislativo é fundamental para a consolidação da democracia brasileira. Historicamente responsáveis pelo trabalho invisível que garante a reprodução da vida em seus lares e comunidades e inseridas desigualmente no mercado de trabalho, hoje, as mulheres brasileiras chefiam 51% dos domicílios no país¹. **A nível local, as vereadoras desempenham um papel fundamental na elaboração de políticas públicas que atendem às necessidades específicas da população de seus territórios**, exercendo uma função crucial no fornecimento de serviços e infraestrutura necessários à produção da vida cotidiana. Somos um país diverso, e é urgente que a diversidade de raças, etnias, classes, vivências e lutas esteja refletida nos espaços de decisão. No entanto, há inúmeros desafios para que essas mulheres sejam eleitas e haja paridade na política municipal.

Para entender os desafios que precisam ser superados por essas mulheres, a Rede A Ponte elaborou o relatório "Raio X da Diversidade: VereadorAs do Brasil", que destaca a disparidade de gênero e raça no início da carreira política das mulheres. O caminho que as mulheres na política percorrem para ocupar um cargo no Congresso Nacional é longo e desafiador e, como apresentado abaixo, começa na vereança. Com **dados do TSE entre 2000 e 2020**, este relatório revela a realidade da imensa desigualdade de gênero e raça na política municipal, apontando a urgência do apoio a candidaturas de mulheres, especialmente negras e indígenas, nas câmaras municipais.

Para além das dificuldades enfrentadas enquanto ainda são candidatas, quando eleitas, as mulheres seguem encontrando barreiras para exercer seus direitos políticos e atuar plenamente para colocar suas ideias em prática. A inexperiência com o jogo político e o isolamento diante de uma estrutura institucional feita para e por homens são problemas que atingem principalmente quem está no começo da carreira política, como vereadoras em primeiro mandato. Além disso, a violência política de gênero e raça constitui uma realidade cotidiana que mitiga as possibilidades e afasta as mulheres da carreira política.

A presença de poucas mulheres na câmara municipal limita a diversidade de perspectivas e reduz a capacidade de promover políticas públicas que atendam adequadamente às necessidades das diferentes realidades das mulheres em um município. Esse cenário é ainda mais complexo quando consideradas as interseccionalidades de raça/cor, etnia e classe. É fundamental apoiar a candidatura de mulheres progressistas e incentivar o voto

¹ COSTA, Patrícia; MONTEIRO, Gustavo; MARQUES, Geni. As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho. **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**. 2023. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2024.

nelas para que, quando eleitas, possam promover uma maior igualdade de gênero e raça na política.

As próximas 3 seções apresentam análises que evidenciam a importância do cargo de vereadora para fortalecer a representatividade da nossa democracia, mostrando os principais desafios para ocupar o cargo. **Este relatório é um chamado à ação para eleitores e líderes políticos:** é hora de fortalecer a democracia brasileira com mais mulheres negras e indígenas no poder. Dentro de alguns meses, teremos uma excelente oportunidade de usar uma ferramenta que pode alterar diretamente este cenário: o voto.

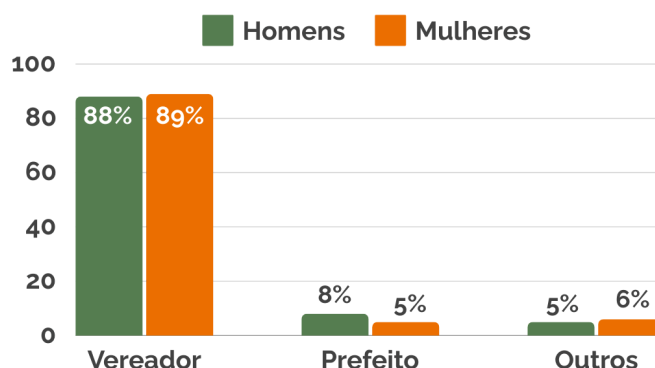
1. Qual a importância do cargo de vereadora para melhorar a representatividade da democracia?

A vereança é uma porta de entrada fundamental para a vida política, uma vez que **89% das mulheres iniciam sua carreira política como vereadoras na primeira eleição**. Ao permitir que as mulheres eleitas desenvolvam habilidades necessárias ao jogo político institucional, construam redes de apoio e aumentem a visibilidade das pautas que defendem, a importância do cargo de vereadora vai além da atuação no município propriamente dito ao prepará-la para futuras candidaturas a cargos mais altos.

Sendo a atuação da esfera municipal concentrada principalmente nos problemas e desafios do cotidiano, a vereança é a maneira mais efetiva de incidir na organização e atendimento das necessidades locais mais urgentes, possibilitando que a parlamentar tenha um contato mais próximo com o dia a dia das pessoas e de sua comunidade. Por vivenciarem e conhecerem melhor a realidade e necessidades de diferentes grupos populacionais, as vereadoras desempenham um papel fundamental na elaboração de políticas que atendam com maior precisão e efetividade às necessidades específicas de mulheres e outros grupos sub representados politicamente em seus municípios, fortalecendo o funcionamento da democracia.

1) Cargo Ocupado na 1a Eleição

(% total, 2000 a 2020)



Nota: Cálculo realizado levando em consideração todos os eleitos em primeiro mandato entre 2000 e 2020.

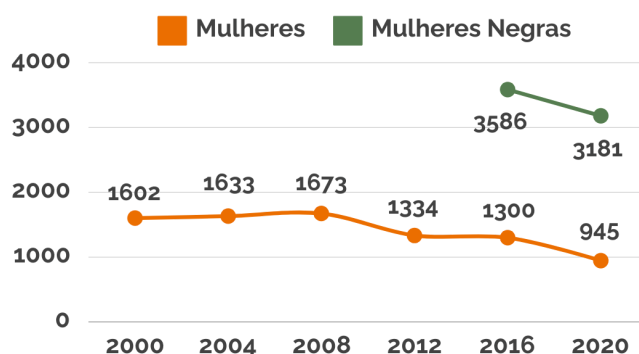
Fonte: Rede A Ponte, com dados do TSE

Essa porta de entrada para a carreira política feminina, porém, não foi aberta em diversos municípios, que ainda não têm nenhuma mulher eleita na Câmara de Vereadores. **Em 2020, 945 municípios brasileiros não elegeram nenhuma mulher como vereadora.** Embora esse número tenha diminuído (com uma queda de 40% dos municípios sem vereadoras entre 2000 e 2020), ainda há muito a ser feito. Atualmente, contabilizando a população de mulheres que moram nesses municípios sem representação feminina, estamos falando de cerca de **10,9 milhões de mulheres brasileiras que não têm representantes a nível municipal.** O cenário é ainda mais desigual para pessoas trans. Além das dificuldades de se encontrar dados mais precisos a respeito dessa população, apenas 30 pessoas trans foram eleitas em 2020 nas eleições municipais, sendo 2 homens trans e 28 travestis e mulheres trans².

²Candidaturas Trans foram eleitas em 2020. **ANTRA**, Niterói, 16 nov. 2020. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/2020/11/16/candidaturas-trans-eleitas-em-2020/>>. Acesso em: 02 ago. 2024.

2) Municípios sem Vereadoras Eleitas

(total, 2000 a 2020)



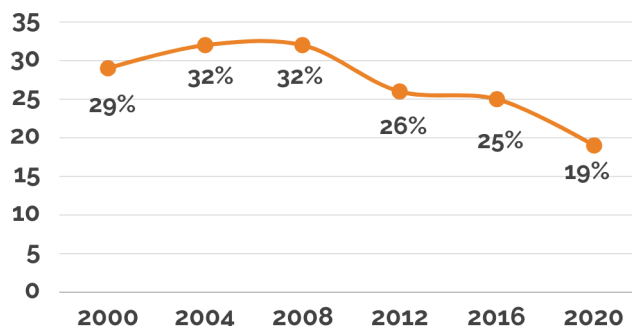
Fonte: Rede A Ponte, com dados do TSE

Mesmo que muitos municípios tenham conseguido quebrar essa barreira e registrem presença feminina em suas câmaras municipais, **o Brasil tem ainda 1.809 municípios onde há apenas uma vereadora eleita, que somados aos municípios sem nenhuma mulher eleita (945) representam 49% do total dos municípios do país.** Na prática, ser a única mulher da casa legislativa pode implicar em maior dificuldade para atuar efetivamente. Em espaços majoritariamente e historicamente masculinos, o desafio de articulação política para estabelecer coalizões em torno de projetos de interesse comum das mulheres, para propor Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) ou para ocupar cadeiras em comissões estratégicas, pode restringir significativamente o escopo de ação da parlamentar que é única na casa.

Em 2020, **19% das vereadoras foram as únicas eleitas em seus municípios.** Apesar da presença de mais mulheres não necessariamente representar garantia da defesa real dos direitos das mulheres, uma vez que vivemos em um cenário político de eleição de diversas mulheres não aliadas com pautas progressista, **ter mais de uma mulher na câmara também pode ser um elemento inibidor de atos de violência política de gênero e raça no interior da casa legislativa.** A sensibilização e a consciência quanto a esse tipo de violência perpassa a troca de experiências em comum, provenientes da ocupação de um lugar similar no que tange ao gênero e à raça. Assim, há uma maior chance de reconhecimento, acolhimento e denúncia caso esse tipo de violência ocorra.

3) Vereadoras Solo no Município

(% total, 2000 a 2020)



Fonte: Rede A Ponte, com dados do TSE

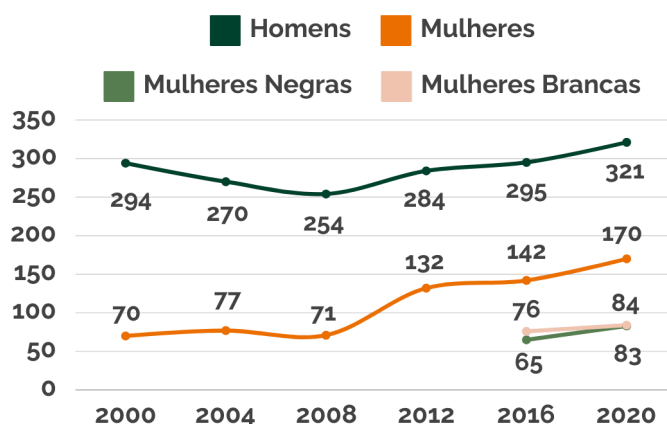
A diminuição do número de municípios sem vereadoras nos últimos anos representa avanços importantes para aumentar a representatividade em nossa democracia de forma que esta se concretize em políticas e leis mais próximas das reais necessidades das mulheres e dos domicílios chefiados por elas. No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir a permanência dessas mulheres na política.

2. Desafios para se eleger

Apesar do aumento na participação feminina na política desde a redemocratização, fruto da luta histórica dos movimentos feministas, com a institucionalização por parte das mulheres eleitas e estabelecimento das cotas, as mulheres ainda enfrentam desafios significativos para se elegerem. A articulação em busca de maiores incentivos para candidaturas de mulheres se iniciou com a [Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995](#), que regulamentou as eleições municipais de 1996 exigindo que 20% das vagas de cada partido ou coligação fossem reservadas para as candidatas mulheres. Em 2009, a [Lei nº 9.504, de 30 setembro de 1997](#) foi alterada pela [Lei 10.304 de 2009](#), também conhecida como "lei das cotas", que estabeleceu que cada partido ou coligação deveria preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo em eleições proporcionais. A partir de 2020, com o [fim das coligações em eleições proporcionais](#), cada partido passou a ser obrigado a indicar, individualmente, o mínimo de 30% de mulheres como candidatas.

4) Candidaturas à Vereança por Gênero

em milhares de pessoas, 2000 a 2020



Nota: A soma dos valores apresentados para mulheres negras e mulheres brancas é menor que o total de mulheres porque no total de mulheres são consideradas também mulheres indígenas e amarelas.

Fonte: Rede A Ponte, com dados do TSE.

Como é possível observar no gráfico acima, desde 2012, a primeira eleição municipal após a lei das cotas, houve um aumento no número de candidaturas de mulheres. **Em 2000, o número de candidaturas masculinas era 4,2 vezes maior que o das mulheres. Em 2020, essa diferença caiu para 1,8 vezes.** Apesar do efeito positivo no aumento do número de candidaturas de mulheres, a lei de cotas precisa avançar para além do gênero e atender outras dimensões relevantes da diversidade que ainda não está refletida no espaço de poder como a dimensão racial

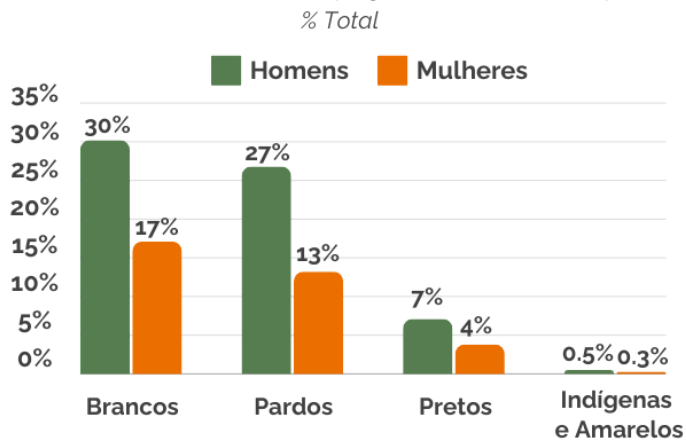
Desigualdade racial

Para avaliar a desigualdade de raça no cenário político, encontramos um **grande desafio: o dado relativo à raça da candidata só passou a ser coletado pelo TSE a partir de 2014.** Essa falta de informação para anos anteriores reforça a necessidade de coleta de dados raciais em todo poder público, pauta histórica do movimento de mulheres negras brasileiro. Apesar disto, é possível afirmar, como o gráfico abaixo ilustra, que, embora as cotas tenham contribuído para aumentar a presença de mulheres na política, a representatividade racial ainda é extremamente desigual.

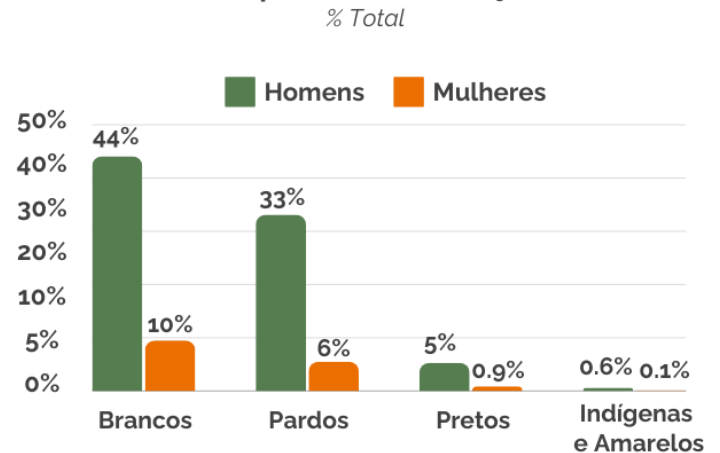
Quando confrontadas as diferenças considerando as interseccionalidades, a desigualdade na participação política fica ainda mais gritante. **Enquanto 30% dos candidatos a vereadores na última eleição eram homens brancos, apenas 4% eram mulheres pretas.**

Essa disparidade evidencia a necessidade de reforçar que a promoção da representatividade nas candidaturas deve ser não só de gênero, mas também racial, garantindo que as políticas e práticas de inclusão considerem as múltiplas dimensões da desigualdade.

5) Candidaturas à Vereança por Gênero e Raça 2020



6) Eleitas por Gênero e Raça 2020



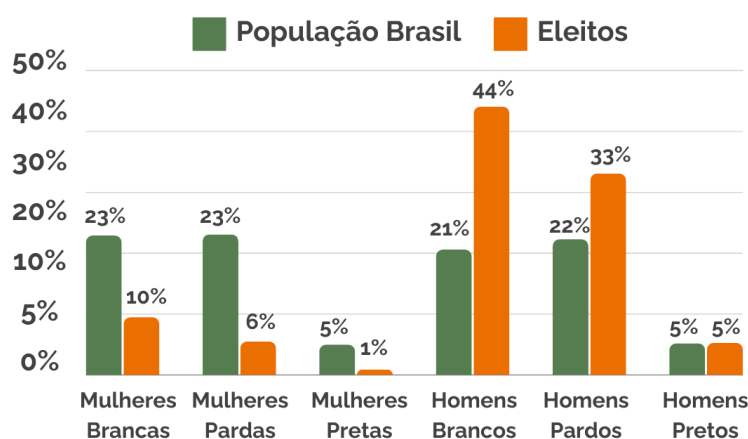
Fonte: Rede A Ponte, com dados do TSE

Mais grave ainda, a diferença de representatividade gênero-raça aumenta expressivamente quando olhamos a proporção dos que foram eleitos. **Enquanto os homens brancos ficaram com 44% das cadeiras de vereadores na última eleição, apenas 7% das cadeiras foram ocupadas por mulheres negras.** Olhando para estes dados fica evidente que as cotas para as candidaturas de mulheres não são suficientes para que haja uma representação mais igualitária na ocupação das cadeiras do nosso legislativo.

A conclusão geral desse cenário é um gap de representatividade real que fragiliza a nossa democracia. Comparando a ocupação das cadeiras de vereança com a composição demográfica da população, observa-se uma sobre-representação de homens (especialmente homens brancos) e uma enorme sub-representação de mulheres (especialmente pretas e pardas). Apesar de serem 28% da população do país, as mulheres negras ocupam apenas 6% das cadeiras nas casas municipais legislativas. Por outro lado, mesmo sendo um grupo demográfico menor que o das mulheres negras, os homens brancos, representando 20% da população, tinham 44% das cadeiras.

7) Eleitos x População por Gênero e Raça 2020

(% total) (Pretos, Pardos e Brancos por Gênero)



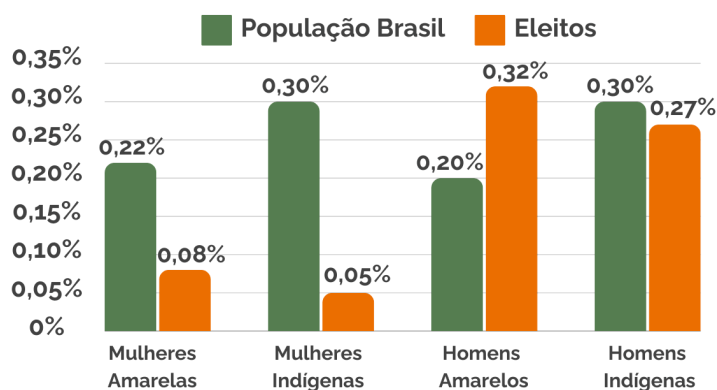
Nota: A soma dos valores apresentados não completa 100% porque existe um percentual de candidatos eleitos que não declararam a raça (1,2% do total de eleitos e 0,9% do total de eleitos).

Fonte: Rede A Ponte, com dados do TSE e do IBGE

Olhando para o grupo das mulheres indígenas, apesar da importância dos saberes dos povos originários na história, cultura e conservação da nossa biodiversidade, sua representação política ainda é mínima. **Em 2020, apenas 664 (0,1%) dos candidatos à vereança eram mulheres indígenas. Destas, apenas 29 foram eleitas, representando 0,05% das cadeiras.** Somando com o número de homens indígenas eleitos, chegamos ao total de 184 (0,3%) cadeiras ocupadas por indígenas. Esses números são inferiores à proporção da população indígena no Brasil, que em 2022 era de 0,8% do total, o que equivale a quase 1,7 milhão de pessoas.

8) Eleitos x População por Gênero e Raça 2020

(% total) (Amarelos e Indígenas)



Fonte: Rede A Ponte, com dados do TSE e do IBGE

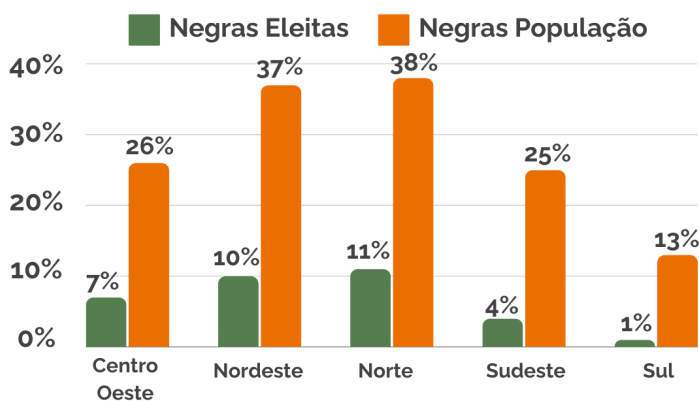
Disparidade regional

Considerando que as regiões do país apresentam composições raciais distintas (com 73% de negros no Nordeste frente a 27% no Sul, por exemplo), é essencial analisar as disparidades de gênero e raça também regionalmente. Olhando para a representatividade de mulheres negras, observa-se que **Sul e Sudeste são as regiões com menor representação relativa de mulheres negras nas cadeiras legislativas municipais.** Enquanto no Sudeste 25% da população é composta por mulheres negras, apenas 4% das cadeiras de vereadoras da região são ocupadas por este grupo. Ou seja, a proporção de vereadoras negras nas Câmaras Municipais é 6,2 vezes menor do que a participação desse grupo na população do sudeste. Já no Sul, as mulheres negras são 13% da população, mas só ocupam 1% das cadeiras, ficando com 9,2 vezes menos cadeiras do que deveriam caso as cadeiras fossem distribuídas de acordo com a composição demográfica da região,

Ainda que as regiões Sudeste e Sul registrem as menores representações relativas de mulheres negras do Brasil, a situação das demais regiões também não é boa. **Em nenhuma região do país as mulheres negras estão representadas de forma proporcional à parcela que constituem da população.** Em todo o país, a ocupação de cadeiras por mulheres negras precisa pelo menos triplicar para chegar a um cenário de representatividade proporcional à composição demográfica do país.

9) Mulheres Negras - Eleitas x População 2020

(% total)

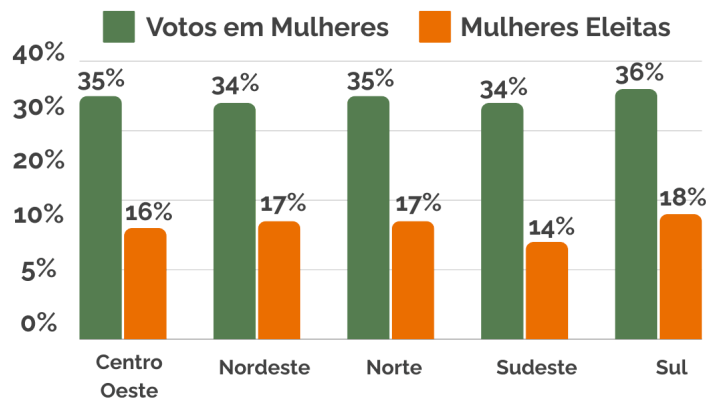


Fonte: Rede A Ponte, com dados do TSE e do IBGE

Para entender como a baixa representatividade se concretiza em cargos proporcionais nas diferentes regiões, é importante olhar para a distribuição de votos em candidatas mulheres. O gráfico abaixo mostra que, em geral, **as candidatas mulheres recebem entre 34-36% dos votos totais de cada região. No entanto, elas só ficam com 14-18% das cadeiras.** Isso significa que, **apesar da população ter certa predisposição a votar em mulheres, esses votos não têm se convertido em ocupação de cadeiras.**

10) Votos em Mulheres x Mulheres Eleitas por Região 2020

(% total da região)



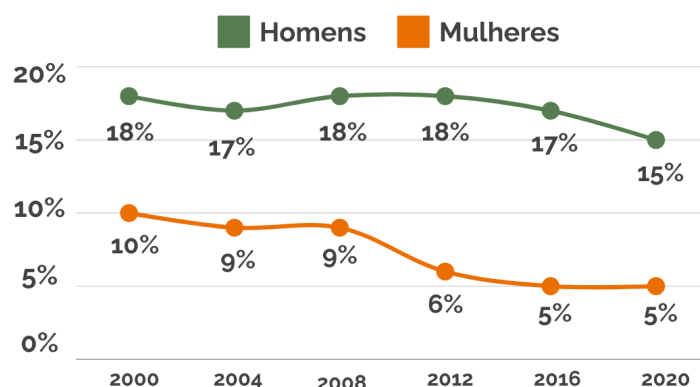
Nota: Percentuais calculados com base nos totais de votos e de eleitos em cada região.

Fonte: Rede A Ponte, com dados do TSE e do IBGE

Esse resultado é melhor exemplificado pela taxa de sucesso eleitoral das candidaturas femininas à vereança. **Em 2020, apenas 5% das mulheres que se candidataram como vereadoras conseguiram se eleger. A taxa de sucesso dos homens, por outro lado, foi 3 vezes maior (15%).** Olhando para a série histórica, nota-se que a taxa de sucesso das mulheres diminuiu a partir de 2012, ano em que as cotas para candidaturas femininas começaram a operar, o que é um indicativo do provável uso de candidaturas “laranjas” para cumprir a cota por parte dos partidos e reforça a necessidade de maior fiscalização e participação de mulheres nas decisões estratégicas dos partidos, de forma que se invista verdadeiramente nas candidaturas femininas.

11) Taxa de Sucesso de Candidaturas por Gênero

(% total candidaturas, 2000 a 2020)



Nota: a taxa de sucesso é calculada dividindo-se o total de eleitos de um grupo pelo total de candidatos desse mesmo grupo.

Fonte: Rede A Ponte, com dados do TSE

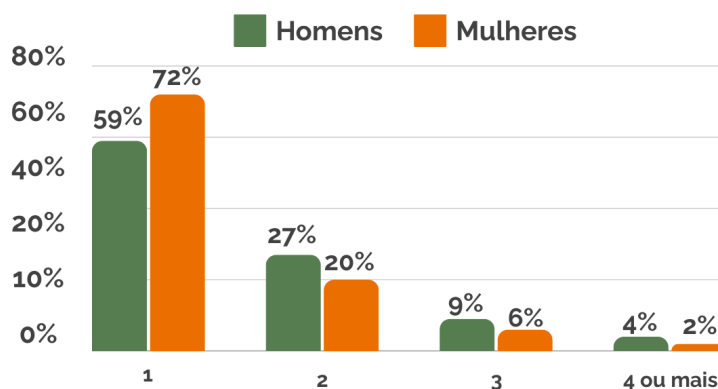
Dado a complexidade do sistema proporcional, é difícil afirmar porque a candidatura de mulheres não é tão bem-sucedida quanto a de homens. É possível que parte desse problema ocorra devido ao estabelecimento da obrigatoriedade de indicação de 30% de candidatas mulheres pelos partidos, o que pode ter feito muitos deles terem optado por lançar mulheres como candidatas apenas para preencher a cota, sem selecionar mulheres realmente interessadas em se eleger ou sem dar o devido apoio às que possuem interesse.

Apesar da menor taxa de sucesso eleitoral das mulheres, temos um cenário que mostra uma renovação nas casas legislativas, com entrada considerável de mulheres em sua primeira legislatura: **72% das vereadoras eleitas para primeiro mandato em 2020 estavam se candidatando pela primeira vez, em contraste com 59% dos homens.** Essa menor taxa de candidaturas exitosas na primeira campanha para os homens possivelmente se justifica

pela existência de homens já eleitos que optam por se reeleger, fazendo com que os homens se candidatando pela primeira vez sejam menos competitivos frente à campanha de um vereador já com mandato.

12) Frequência de Candidaturas antes do 1º mandato 2020

(% total)



Nota: Foram consideradas apenas candidaturas a partir do ano 2000, não sendo possível identificar se os candidatos exerceram algum mandato antes dessa data.

Fonte: Rede A Ponte, com dados do TSE

Doação de campanha

Apesar do aumento do número de candidaturas femininas, a desigualdade de gênero e raça na política não se resolverá com a reserva de candidaturas apenas. A questão é fazer com que essas candidaturas sejam realmente viáveis. As doações para campanhas influenciam enormemente na competitividade e na visibilidade das candidaturas. Em 2020, 81% das mulheres que se candidataram receberam algum valor de doação, frente a 84% dos homens.

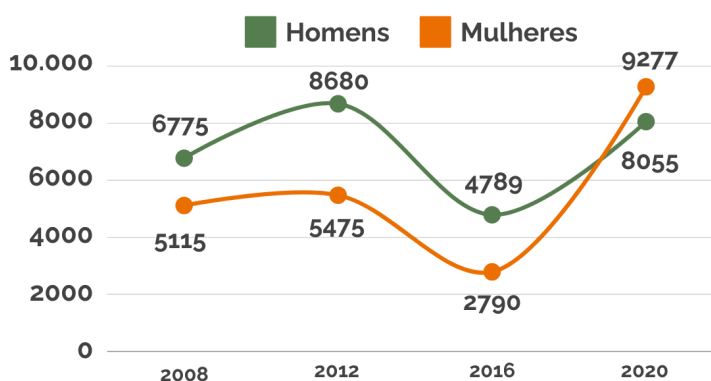
O gráfico abaixo explicita como a Reforma Eleitoral de 2015 (Lei nº [13.165/2015](#)), que proíbe doação de campanha por pessoas jurídicas, impactou o valor das doações de campanha, tanto para homens, quanto para mulheres. Além disso, em 2018, a [Ação Direta de Inconstitucionalidade 5617](#) julgada pelo Supremo Tribunal Federal versou sobre a distribuição de recursos para a promoção da participação política das mulheres, de forma a garantir que esses recursos fossem transferidos para as contas individuais das candidatas nas eleições. Foi assegurado, também, que o percentual mínimo de 30% do Fundo

Partidário para candidaturas femininas, conforme previsto na [Lei 9.504/1997](#), deveria ser mantido.

Os efeitos dessa mudança podem ser observados pela redução das diferenças entre os valores recebidos por homens e mulheres em 2020. Até então, historicamente a disparidade nas doações entre homens e mulheres era evidente: **candidatos a vereadores receberam em média 72% a mais do que as candidatas a vereadoras em 2016**. No entanto, os dados de 2020 mostram uma mudança positiva: as mulheres receberam em média R\$9,3 mil em doações, enquanto os homens receberam R\$8 mil.

13) Média de Doações de Campanha por Gênero (R\$)

(2008 a 2020)



Nota: valores corrigidos pelo IPCA de 2020

Fonte: Rede A Ponte, com dados do TSE e do IPEA

Esse **aumento no suporte financeiro às candidaturas femininas em 2020, com um valor 17% maior para as mulheres**, é um passo importante para fortalecer a candidatura de mulheres. Contudo, essa diferença a favor das mulheres em 2020 é inferior ao histórico das diferenças nas eleições anteriores. Qual valor seria suficiente para equilibrar as disparidades históricas no apoio a candidaturas femininas? Considerando que elas são nomes novos na política, o que demanda maiores esforços de divulgação e criação de capital político, elas demandam maiores valores de saída para conseguirem ser competitivas. Ou seja, sem o real investimento e comprometimento, que exige priorização estratégica por parte de seus partidos, essas campanhas não se tornam candidaturas verdadeiramente viáveis e competitivas.

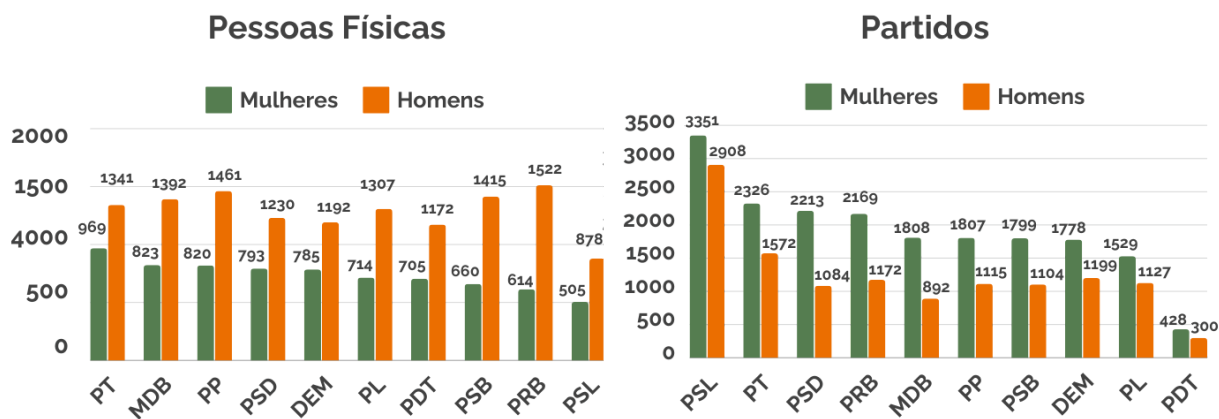
Olhando para o apoio diferencial que homens e mulheres do mesmo partido recebem, o gráfico abaixo compara o valor de doação de campanha recebida em 2020 pelas candidatas e candidatos a vereança dos 10 maiores partidos (aqueles com mais cadeiras na

Câmara dos Deputados em 2022). O gráfico da esquerda apresenta a média de doações recebidas de pessoas físicas, enquanto o da direita apresenta a média de repasses dos partidos. Para as mulheres, nota-se que **as vereadoras do PT foram as que mais receberam doações de pessoas físicas, com uma média de R\$ 970**. Já as vereadoras do PSL, foram as que menos receberam, ficando, em média, com quase metade desse valor (R\$ 505). Já para os homens, os candidatos do PRB foram os que mais obtiveram doações, recebendo um valor de, em média, 60% a mais (R\$ 550) que as candidatas do PT, que foram as que mais receberam doações. **Em todos os partidos, os homens receberam mais doações de pessoas físicas do que as mulheres**. Em média, candidatos receberam 77% a mais que as mulheres, com candidatos do PSB e PRB apresentando a maior discrepância e recebendo até o dobro do valor de doações para mulheres.

Nos repasses dos partidos, as candidatas de todos os partidos receberam em média mais que os homens. As candidatas do PSL foram as que mais receberam repasses, com uma média de R\$ 3.350, frente a R\$2.910 dos homens. O PSD e o MDB foram os partidos em que as candidaturas das mulheres tiveram maior vantagem em comparação com os homens: elas receberam mais do que o dobro (em média 103% a mais).

14) Média de Doações de Campanha por Gênero e Partido 2020

(R\$)



Notas: Foram considerados os 10 partidos com maior número de Deputados Federais vereadores eleitos no Brasil em 2022. Nesse mesmo ano, o PSL e o DEM se fundiram e formaram o União Brasil.

Fonte: Rede A Ponte, com dados do TSE

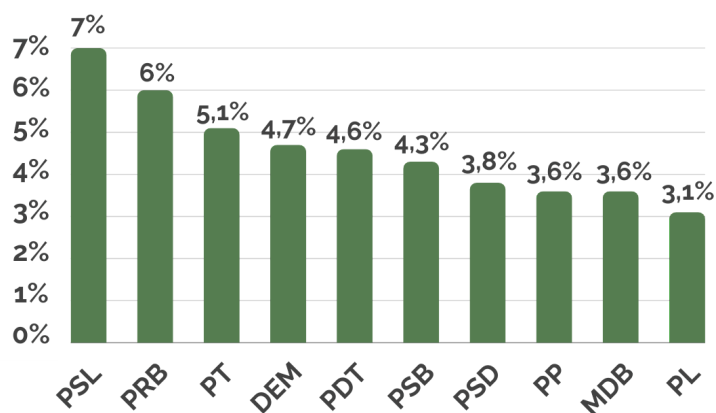
Comparando os valores gerais dos gráficos da esquerda com o da direita, vemos que a virada no aumento das doações para a mulheres ocorrida em 2020 deu-se aos maiores volumes aportados pelos partidos às candidaturas de mulheres, dada a obrigatoriedade dos 30% de financiamento das campanhas femininas. Assim, é essencial debater o papel dos partidos no avanço da representatividade feminina na política.

Papel dos partidos

Os partidos políticos desempenham um papel fundamental para avançar com a representatividade feminina na política municipal. No Brasil, para se candidatar, é necessário estar filiado, logo os partidos são os principais responsáveis por identificar, recrutar e apoiar candidatas. Dessa forma, mulheres dependem deles e de suas lideranças para que tenham acesso às mesmas oportunidades que candidatos homens. Além de cumprir as cotas de gênero estabelecidas por lei, os partidos devem (também de acordo com leis existentes) promover a formação política, fornecer recursos adequados para campanhas e criar um ambiente interno que combata ativamente a violência política de gênero e raça.

Apesar de, na média, os partidos lançarem cerca de 35% de candidaturas femininas em suas listas em 2020, para avaliar a efetividade das cotas sobre as decisões dos partidos, contabilizou-se o número de municípios em que os partidos não cumpriram a cota de gênero na última eleição municipal. O gráfico abaixo mostra, novamente para os 10 maiores partidos (aqueles com mais cadeiras na Câmara dos Deputados em 2020), o percentual de municípios em que cada partido não cumpriu a cota de 30% de candidaturas de mulheres. **PSL e PRB aparecem como os partidos que mais descumpriram as cotas, não as respeitando em 109 (7%) e 70 (6%) dos municípios onde apresentaram candidaturas respectivamente.**

15) Municípios em que a Cota de Gênero não foi Cumprida por Partido 2020



Notas: Foram considerados os 10 partidos com maior número de Deputados Federais eleitos no Brasil em 2022. O percentual foi calculado dividindo-se o número de municípios em que os partidos não cumpriram a cota de gênero pelo total de municípios onde o partido lançou ao menos um candidato. Em 2022, o PSL e o DEM se fundiram e formaram o União Brasil.

Fonte: Rede A Ponte, com dados do TSE

Esse resultado mostra que ainda há desafios relevantes para fiscalizar o cumprimento das cotas por parte dos partidos políticos no nível local; uma vez que, em geral, o cumprimento das cotas é observado de forma agregada, nem sempre fica evidente que há diversos municípios em que, nem nas chapas, os 30% estão sendo cumpridos. Para avançar nesta frente é essencial que haja mais mulheres atuando nas decisões partidárias.

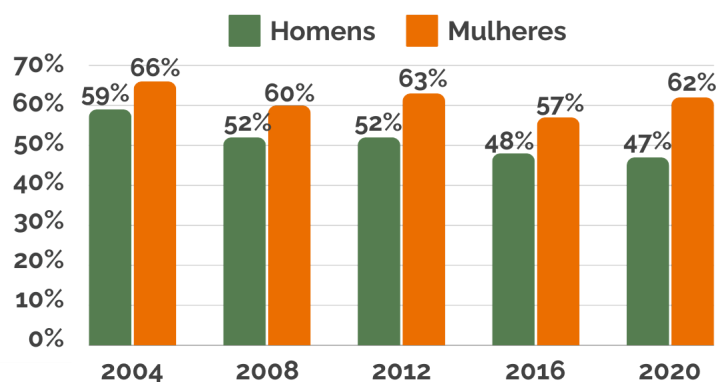
Além das cotas, as decisões do STF de 2018, que garantem 30% do fundo partidário e 30% dos recursos do fundo eleitoral e do tempo de propaganda eleitoral gratuita para as mulheres dos partidos – além da mesma regra inserida, em 2022, para pessoas negras – se somam ao desafio de fiscalização de medidas cruciais para a viabilidade de candidaturas de mulheres, principalmente pelo movimento de aprovação de anistia para os partidos políticos que não cumprissem a regra até 2022. Mais recentemente, em 2023, os partidos ainda tentaram aprovar uma nova emenda constitucional de anistia – que tem previsão de votação para agosto deste ano – para que sigam sem cumprir a regra, legitimando o descumprimento da lei em detrimento da luta por maior participação e representação política das mulheres e pessoas negras.

3. Fui eleita, e agora? Desafios do primeiro mandato

A maioria das mulheres que assumem como vereadoras não tem experiência prévia no cargo: em 2020, 62% das mulheres eleitas para as câmaras municipais estavam em seu primeiro mandato, comparado a 47% dos homens. Isso, em boa parte, ocorre porque trata-se da eleição de homens que já tinham a vantagem de estar ocupando uma cadeira. Ou seja, tinham vantagem em relação aos seus concorrentes, pois tinham maior visibilidade, acesso a recursos públicos e uma base de apoio estabelecida, o que possivelmente facilitou sua reeleição. A série histórica aponta que **a proporção de homens no primeiro mandato diminuiu ao longo do tempo, confirmando a permanência dos homens no cargo de vereador.**

16) Primeiro Mandato por Gênero

(% total, 2004 a 2020)



Fonte: Rede A Ponte, com dados do TSE

A dificuldade de um primeiro mandato pode ser determinante para a continuidade de uma vereadora na carreira política. **O isolamento na câmara durante o mandato é uma possível barreira que dificulta a manutenção na carreira política das eleitas ao fim do primeiro mandato.** Dentre as 5.780 vereadoras eleitas em 2020 para seu primeiro mandato, 20% delas (1.128) eram as únicas mulheres da casa. Das demais, 33% (1.931) tinham apenas uma outra vereadora na casa e outros 27% (1.545) tinham duas vereadoras em suas casas legislativas. A dificuldade de articulação política com os pares nesse contexto pode aumentar as dificuldades para estabelecer-se e continuar na política.

A falta de experiência prévia das mulheres pode também representar uma desvantagem significativa em relação à reeleição frente a candidatos mais experientes. A falta de recursos e a não priorização de campanhas femininas na estratégia dos partidos ressaltam a necessidade de apoio e treinamento contínuos para manutenção na carreira política das eleitas ao fim do primeiro mandato. Em conjunto, essas evidências apontam que o desafio da representatividade vai muito além do aumento de candidaturas femininas nas eleições.

CONCLUSÃO

Ao identificar onde as desigualdades de representatividade são mais acentuadas nas casas legislativas municipais, este relatório teve como objetivo subsidiar o debate público para o desenvolvimento de estratégias assertivas para aumentar a representatividade de mulheres na política, especialmente negras e indígenas. As cotas se mostraram eficazes em cumprir seu papel de aumentar o número de candidatas, sendo um primeiro passo crucial. No entanto, para superar a sub-representação e haver um aumento significativo na ocupação das cadeiras, **é fundamental avançar para a criação de cotas não apenas para as candidaturas, mas também para as vagas em cada casa legislativa,**

Das 170.460 mulheres que se candidataram em 2020, apenas 9.318 foram eleitas. Para aumentar a taxa de sucesso das candidaturas femininas, que é 1/3 da taxa dos candidatos homens, **é preciso investir em campanhas de mulheres,** direcionando recursos que compensem a discrepância histórica de investimento, **e criar um ambiente político não permissivo à violência política de gênero e raça. Somente com o comprometimento ativo dos partidos será possível superar as barreiras históricas e estruturais que impedem a plena participação das mulheres na política municipal.** É urgente a criação de políticas que não apenas promovam a participação das mulheres, mas também garantam que suas candidaturas sejam apoiadas de maneira adequada.

Por fim, **vale lembrar que se eleger é apenas a primeira etapa.** Após o sucesso eleitoral, **é preciso cuidar para que a inexperiência e o suporte insuficiente não sejam fatores que levam as vereadoras a desistirem da carreira política.** Para aumentar a permanência das mulheres na política municipal, é essencial criar estratégias que incentivem não só a candidatura de novas mulheres como também apoiem a busca da reeleição das que já entraram na política institucional, oferecendo-lhes recursos, proteção e oportunidades de desenvolvimento contínuo.

Com as eleições de 2024 se aproximando, a eleição de mais mulheres pode ser a chave para que não só se diminua a desigualdade na representação política de gênero e raça no Brasil, mas também para que, na sua atuação nas câmaras, essas mulheres possam produzir políticas voltadas às reais necessidades de suas comunidades. Essa é a aposta da Rede A Ponte para reduzir de forma assertiva as persistentes desigualdades estruturais no país. É urgente garantir que cada vez mais mulheres estejam em lugares de decisão e poder e apoiar as mulheres no início de suas carreiras políticas.